

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*).

SCHREIBER (Hermann e Georg). — **História e Mistérios das Sociedades Secretas**. Tradução de Eurico Douwena. Ibrasa. São Paulo. 1959. 329 pp.

Este livro analisa as principais sociedades secretas de que temos conhecimento.

Inicialmente, na introdução, mostra a existência ainda hoje de numerosas sociedades secretas, tanto no Velho como no Novo Mundo desde as organizações estudantis alemãs à Ku-Klux-Klan, Mau Mau, Maffia e até à nossa macumba.

Em seguida examina as sociedades secretas na Antigüidade, onde vemos principalmente os heteros gregos, mas curiosamente ocupa-se muito pouco com a confraria de Eleusis. Com os romanos acontece o mesmo, os Autores preocupam-se muito com as bacanais, não levando em conta inúmeras sociedades secretas então existentes, entre elas o Cristianismo primitivo que vivia no ostracismo para sobreviver. Também deixa de lado a famosa confraria dos essênios, agora em evidência com as descobertas dos manuscritos do Mar Morto. A Idade Média também não é muito aquinhoada neste livro.

Na terceira parte os Autores examinam as sociedades modernas, detendo-se longamente no caso dos Rosa-Cruz, Maçonaria, sociedades secretas italianas e russas.

Como se vê, um livro muito desigual, dando ênfase especial a determinados casos em detrimento de outros; apesar disso tudo é um livro de leitura interessante, se bem que se possa dêle discordar em alguns trechos.

E. SIMÕES DE PAULA

*
* *

LATOUCHE (Robert). — **Les Origines de l'Économie Occidentale. (IVe.-XIe. siècle)**. Paris, Ed. Albin Michel, 1956. 406 pp. (Coleção "L'Évolution de l'Humanité").

O presente trabalho do professor Robert Latouche (da Faculdade de Letras de Grenoble) nos obriga a repensar o problema "tantas vezes colocado, mas jamais resolvido" da decadência da civilização antiga e da formação da Europa feudal — certamente um dos temas mais fascinantes da história geral da civilização e da história econômica em particular. De fato, seu estudo se restringe às transformações da vida econômica, a partir do momento (IV século) em que a economia do Império Romano entra em desagregação, anali-

(*). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa das suas publicações para a competente resenha bibliográfica (*Nota da Redação*).

sando em profundidade a fase mais tipicamente senhorial, até o “renascimento” econômico do século XI, marco da segunda Idade Média. Outras obras da mesma coleção, abordando o mesmo período total ou parcialmente, completam o quadro histórico da Alta Idade Média: trabalhos de Ferdinand Lot, Marc Bloch, Louis Halphen, etc.

Reverenciando embora a envergadura dos grandes historiadores que o antecederam no tratamento do assunto (Henri Pirenne, Alfons Dopsch, F. Lot, etc.), R. Latouche não se propõe contudo realizar simples **mise au point** do problema; à base de sua experiência de medievalista, o Autor empreende a reconsideração da problemática acumulada, entrando a fundo na discussão das diversas “teses”, não raramente antagônicas, até aqui defendidas, tentando enfim conclusões próprias, consciente do caráter talvez provisório das mesmas. Reside naturalmente aí a grande importância de sua obra; reunindo originalidade de pensamento e extraordinária erudição, que fundamenta cada um de seus passos, ela se impõe desde logo como ponto de referência necessário para a compreensão daquela etapa decisiva na evolução do mundo ocidental.

As dificuldades próprias à elaboração de resumo de obras desse gênero, que abordam campo vasto e complexo, o presente estudo acresce outras que lhe são peculiares. Referindo-se a H. Pirenne, o Autor observa que “para dar mais relêvo ao seu pensamento, êle gostava de marcá-lo fortemente e com golpes redobrados, deixando aos que viessem depois a tarefa ingrata de matizá-lo” (p. 165). Esta “tarefa ingrata” de “nuançar” as arestas de esquemas interpretativos, ninguém a empreende com mais vigor que Robert Latouche no presente livro: iluminar os claros-escuros, configurar as diferenças regionais, acompanhar os avanços e recuos dos vários processos, esmiuçar as variações semânticas da terminologia medieval — são as preocupações dominantes de seu espírito. Daí as dificuldades de quem se propõe resenhar as linhas mestras de sua investigação; não obstante, a posição destacada que ela ocupa no campo da historiografia econômica medieval impõe êsse esforço.

A primeira das quatro partes em que se divide a obra, estudando as “forças componentes” da economia medieval já nos introduz na maneira do Autor enfocar o problema: a economia feudal apresenta-se-lhe como uma “composição” das tendências de mudança da vida econômica no Baixo Império com as “contribuições” características do mundo germânico. Por isso, o Autor parte (cap. I) de uma descrição da “crise” da economia romana, à base dos textos de Plínio-o-Antigo, Catão, Columela, etc.: abandôno paulatino das atividades agrícolas na Itália e declínio da produção, desenvolvimento dos latifúndios escravistas pouco produtivos e ascensão dos especuladores **praepotentes**, etc.; todos êsses aspectos negativos agravam-se notavelmente com o estancamento das fontes de escravos, por pressões externas e comoções interiores, no III século, cristalização aguda da crise. O Baixo Império, desenvolvendo grande esforço para superá-la, “trouxe o novo e tôda a economia da Alta Idade Média é comandada pela obra de restauração grandiosa e muitas vêzes in-

felizmente caluniada que levaram a efeito os imperadores do IV século” (pg. 11). A política econômica dêste período é, pois, detidamente analisada: as reformas fiscais e monetárias, estatizando a cunhagem e organizando o sistema monetário, ampliando a tributação, acompanhadas de medidas visando garantir o abastecimento, fixando preços e salários, configuram um estatismo antes desconhecido mas que lança as bases da Europa Medieval (pg. 18). Estabelecidos êsses fundamentos, o Autor analisa a evolução da vida rural no mesmo período, insistindo nos processos de “colonato” e de “patrocínio”, êste destruindo pequenas propriedades e sujeitando os camponeses, aquêles transformando os escravos em colonos; ambos confluem na formação do regime senhorial, restaurando a produção agrícola e superando a crise. Êstes processos operam contemporaneamente com a integração dos germanos na economia ocidental, incorporando assim elementos culturais característicos dêsses povos (por exemplo, o regime dos campos abertos e alongados). Paralelamente, a Igreja se constitui em fator importante pela colonização ligada ao monaquismo e formação dos domínios eclesiásticos; por outro lado, mantém os resquícios da vida urbana e impõe profunda influência ideológica (proibição da usura, etc.).

O estudo da época merovíngia forma o objeto da segunda parte. Criticando as idéias de Fustel de Coulanges sôbre a estrutura agrária dêste período — síntese “majestosa, porém formal” — R. Latouche demonstra, apoiado em fontes primárias e em monografias regionais, a existência de pequenas propriedades (**vici**) em trâmite de absorção pelos domínios senhoriais (**villa**) — o que significa a persistência do processo iniciado no Baixo Império. Ao mesmo tempo se intensifica o colonato. Nessa dinâmica, é possível compreender a variedade das estruturas internas dos domínios (glebas livres, glebas servis, etc.). A análise interna dessas unidades de exploração (**manses**) permite captar as formas primitivas de colonização, lançando luz sôbre o processo de senhorialização (formação dos **indominicata**) subsequente: na realidade, no período merovíngio, aquêles processo se intensifica com a interveniência de novos fatores — formação dos grandes mosteiros, distribuição feudal por parte dos reis bárbaros às novas aristocracias, pagamento de serviços, etc. Contemporaneamente, entra em “eclipse” a vida urbana. De fato, contrariando o que pensava Pirenne, R. Latouche procura demonstrar que “a vida urbana sofreu um eclipse desde as primeiras invasões bárbaras do III século em tôda a Europa ocidental e seu renascimento não se efetuou senão a partir do século XI” (pg. 114). Para tanto, estuda o significado das cidades imperiais romanas, cujo esplendor e grandeza empanou a fragilidade: suas atividades prôpriamente produtivas eram assaz mediocres, viviam em grande parte de funções administrativas; não resistem, por isso, ao impacto das invasões — transformando-se, primeiramente em fortalezas, entrando logo mais em decadência. Esta seria definitiva e total não fôra a Igreja, adotando os quadros administrativos do govêrno imperial e instalando nelas as sedes episcopais, salvaguardar um resquício de vida urbana;

em alguns casos, para além das muralhas, o estabelecimento de mosteiros promove nova aglomeração.

Completando o quadro da situação econômica desse período, R. Latouche diverge das formulações de Pirenne sobre a persistência do “grande comércio” (comércio a longa distância e grande volume, implicando uma classe de comerciantes profissionais) da Antiguidade romana nos tempos merovíngios, em contraste com o subsequente período carolíngio, cuja característica básica seria a inexistência desse grande comércio numa vez que a expansão muçulmana o tornara impossível. Para R. Latouche é incorreto falar de “ruptura”, pois uma longa decadência do comércio precede o avanço do Islão; de um lado, procura confutar os argumentos em contrário, reduzindo a importância do comércio documentável nesse período (por exemplo, a predominância dos comerciantes orientais, antes aventureiros que mercadores, se lhe afigura prova de debilidade do comércio europeu), doutro lado, carrega novos elementos evidenciadores do declínio das atividades mercantis. Finalmente, a persistência da circulação das moedas de ouro bizantinas, um dos argumentos principais da interpretação anterior, é contestada: na realidade, sob os merovíngios, desorganiza-se a cunhagem estatal, passando esse serviço a particulares; o resultado foi evidentemente o aviltamento da moeda, introduzindo-se a cunhagem da prata.

Destarte, o período carolíngio (assunto da terceira parte da obra) não se apresenta como o reverso do anterior (o contraste econômico de que falava Pirenne), mas como seu prolongamento. Mais ainda, sob Carlos Magno, processa-se realmente uma reação contra a anarquia merovíngia, de sentido nitidamente estatizante; os “Capitulares” revelam, segundo o Autor, um esforço organizado e contínuo. Através dessa legislação estuda o novo sistema monetário baseado no mono-metalismo prata e o esforço pela estatização da cunhagem; se o objetivo não é totalmente alcançado, firma-se o direito de controle e fiscalização pelo poder central, e restabelece uma moeda sã, embora a partir do fim do século IX, recomeçassem as concessões. No conjunto, a reforma significou a adaptação do sistema monetário ao papel real que a moeda podia exercer numa economia predominantemente dominal, de circulação muito restringida. Retração, aliás, coroada pela legislação comercial do Imperador, que inspirado por conselheiros eclesiásticos, dá sanção civil, estendendo aos leigos, a proibição do empréstimo a juro, etc. Entretanto, segundo o Autor, é impossível falar propriamente em atrofiamiento da vida econômica, pois sua vitalidade é atestada pelos numerosos mercados locais, e a circulação de certos produtos (sal, escravos, etc.). Por outro lado, as relações comerciais com o Oriente não desaparecem de todo, como não estão de todo ausentes os comerciantes orientais, sobretudo judeus: comércio de especiarias, sedas, etc.; além do mais, desenvolve-se o tráfico danubiano e os entrepostos da Europa Central e Oriental. Todavia, R. Latouche não acompanha o ponto de vista de Maurice Lombard para quem a expansão do mundo islâmico repercutiu posi-

tivamente na Europa Ocidental, integrando-a em novos circuitos monetários e ativando-lhe o comércio.

A evolução das estruturas agrárias no sentido da senhoriação adquire sob os carolíngios a sua configuração completa e acabada: através de fontes excepcionalmente ricas como o capitulário de villis e os polípticos das grandes abadias (sobretudo a de Saint Germain des Prés), o Autor recompõe a organização e o funcionamento dos grandes domínios senhoriais, ressaltando a variedade de sua produção auto-suficiente, ao mesmo tempo fazenda e manufatura, a reserva senhorial e os manses, as corvéias e o regime de villicatio. Contudo, essa mesma análise lhe permite fixar as pequenas unidades agrárias de ocupação e produção que lhe servem de fundo, e sôbre as quais se estabelecem os direitos senhoriais. E' portanto, segundo R. Latouche, a pequena propriedade que predomina na estrutura agrária, e naquelas regiões isentas de senhoriação (que para o Autor são as mais extensas) ela emerge claramente.

A quarta e última parte é dedicada ao estudo do "nascimento de uma civilização ocidental", e aborda as transformações anunciadoras da segunda fase da Idade Média sob três aspectos. Primeiramente, a expansão dos povos escandinavos em suas várias direções, e as repercussões profundas que produziram sôbre a vida econômica da Europa: por exemplo, na França, as invasões dos "homens do norte" atuaram ora no sentido de enfraquecer os vínculos senhoriais, ora em sentido contrário possibilitando a formação de extensos domínios. Em segundo lugar o renascimento da vida urbana: aqui, o Autor explicita que se trata, essencialmente, não de um renascimento das cidades, mas do advento de aglomerações de um novo tipo onde o comércio e o artesanato são funções principais. Além disso, acentua que êsse novo tipo já se desenvolve precocemente nos setores orientais do mundo carolíngio (**Francie orientalis**), sobretudo na Renânia, nos séculos IX e X; o que vem retomar suas considerações sôbre a intensificação do tráfico nessas regiões sob os primeiros carolíngios. Finalmente, e completando o quadro dessas novas condições, apresenta os principais elementos da expansão agrícola do século XI. A "conclusão" que se segue retoma, pondo em destaque, algumas das linhas principais de sua reconstrução histórica.

A contribuição de Robert Latouche para a história da economia medieval, como se depreende do esboço acima apresentado, situa-se em dois planos: por um lado, retoma e rediscute as interpretações anteriores; doutra parte, utilizando-se das mais recentes investigações monográficas e de larga dosagem de fontes primárias, recompõe o quadro histórico do período em foco. Evidentemente, ambos os aspectos se interpenetram, e muitas vêzes é criticando posições já firmadas que o Autor elabora a sua própria interpretação. A tarefa crítica que se impõe, é, portanto, fundamentalmente, configurar o núcleo de sua explicação para, confrontando com as demais formulações, aquilatar o alcance de sua contribuição específica para a compreensão da vida econômica da Europa Medieval em termos de conhecimento científico.

Para tanto, é mister deixar de lado a grande riqueza de dados e fatos apresentados em seu trabalho, mas somente a fim de analisar seus elementos explicativos, duma vez que o contexto fatural é a base empírica de toda reflexão histórica. Nesta perspectiva, a obra de Robert Latouche apresenta-se-nos carente de uma concepção sistemática dos fenômenos econômicos e sociais que lhe permitisse inter-relacionar os diversos processos descritos numa visão global de seu desenvolvimento histórico. Assim, por exemplo, ao constatar o que chamou de “eclipse da vida urbana” na época merovíngia, procura sua explicação na fragilidade das cidades do Império Romano e no “gosto tradicional dos germanos pela vida rural”, sem relacionar com o progresso das instituições senhoriais durante o mesmo período. O defeito básico, contudo, é que o referido progresso das instituições senhoriais não foi compreendido enquanto formação de uma estrutura econômica feudal ou dominial tendente a auto-suficiência da produção local, e implicando pois numa retração do comércio e conseqüente decadência urbana (também as funções administrativas das cidades são afetadas pois a estrutura econômica feudal conduz à desagregação do estado).

Se confrontarmos, por outro lado, as explicações do autor do presente estudo com a interpretação de Henri Pirenne, mais evidente se torna a limitação acima apontada. Na concepção do historiador belga sobre a economia medieval, elaborada e retomada ao longo de suas numerosas obras, é possível isolar o seu critério explicativo, embora este não apareça teoricamente formulado. De fato, no ensaio sobre a história social do capitalismo, caracterizando o período carolíngio, acentua Pirenne que o comércio dessa fase “nada representa de essencial para a sociedade”, que pode prescindir dele para a sua permanência; trata-se portanto de estabelecer a posição do regime de trocas no contexto geral da vida econômica, ou em outras palavras — o grau alcançado pelo processo de mercantilização da produção num momento histórico dado. Parece ser esta, na realidade, a posição metodológica que informa as investigações de Pirenne: a extensão ou a retração dos mercados se apresenta, pois, como fator básico, integrativo dos demais fatores das transformações econômicas da sociedade. Daí, a procura da gênese da economia senhorial no fechamento do comércio mediterrâneo pela expansão muçulmana; e, igualmente, a superação dessa forma econômica no restabelecimento das rotas comerciais. Em face dessa interpretação, impunha-se evidentemente não apenas um exame da sua comprovação empírica, senão ainda a discussão do seu esquema explicativo implícito, a fim de constatar se a discordância com a realidade decorre de uma incorreta utilização de conceitos, ou da pouca ou nenhuma validade dos mesmos. A obra de R. Latouche se constitui numa sólida refutação empírica da interpretação de Pirenne: não persiste o grande comércio até o surto islâmico, a circulação monetária do Império Romano não se mantém no período merovíngio, as origens das instituições senhoriais encontram-se no Baixo Império, etc.; mas não critica aquela interpretação no mesmo nível em que fora formulada, isto é, não

discute os conceitos que lhe são inerentes, e não apresenta um novo sistema integrado de explicação. Por isso, ao remontar muito acertadamente à “crise” econômica do Império Romano para apreender a gestação das instituições senhoriais, não procede a uma análise estrutural dessa crise; daí apelar para as medidas de política econômica como fatores explicativos das mudanças subsequentes — quando Marc Bloch demonstrara, na sua penetrante análise da gênese das instituições senhoriais (**Cambridge Economic History of Europe**, vol. I), que as normas governamentais do Baixo Império, fruto das transformações econômicas e sociais, constituíram-se, reversivamente, uma vez fixadas, em outros tantos fatores de transformações.

Tal deficiência metodológica e conceitual se torna particularmente grave em se tratando do período analisado: abrangendo a decadência da chamada economia antiga e sua concomitante transformação no sistema feudal, atinge o início da desagregação deste último e a origem do regime capitalista. A conceituação rigorosa dessas diferentes estruturas econômicas é premissa indispensável para se compreender cientificamente o processo histórico daquela fase.

Insistindo sobre o que se nos afiguram pontos essenciais da investigação histórico-econômica, poderá parecer que temos a pretensão de desvalorizar o trabalho de Robert Latouche. Tal não ocorre, pois, como já de início frisamos, é indiscutível sua riqueza de sugestões e a posição relevante que passa a ocupar no conjunto da historiografia medieval. É que o seu mérito, a nosso ver, está menos na elaboração de novas sínteses explicativas que na crítica, de base sobretudo empírica, de esquemas mais ou menos firmados e com tendência a se cristalizarem. Essa tarefa é sumamente importante, e por isso esta obra oferece, além dos méritos já assinalados, base segura para as futuras reflexões em torno da economia européia medieval.

FERNANDO ANTÔNIO NOVAIS

*

* *

GOMES DOS SANTOS (Pe. Domingos Maurício). — **Cançãoeiro chamado de D. Maria Henriques**. Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1956. CLX + 673 págs.

Quando, em junho de 1942, se realizava no Pôrto o IV Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, uma comunicação conjunta — dos Padres Carlos da Silva Tarouca e Domingos Maurício — veio assinalar a localização do precioso códice poético quinhentista, o **Cançãoeiro de D. Maria Henriques**, conhecido até então por imprecisas referências desde a citação de Barbosa Machado — que por certo ouvira dele vagas informações. O Pe. Tarouca — a quem se deparou o cimélio nos arquivos da Casa Teles da Silva —, e o segundo — que o editou agora numa primorosa edição crítica —, puseram em relêvo, nessa ocasião, a importância histórico-literária do

referido Cancioneiro: conquanto de interesse secundário a riquíssima produção poética nêle contida, o seu espólio teatral, ligado à tradição e ao gosto vicentinos, constituiu razão suficiente para que se salvasse do inevitável esquecimento o referido códice. “A relativa penúria da nossa literatura de cativoiro e o caso único, como se verá, de um teatro português feito em cativoiro e representado nas masmorras de Marrocos, bastariam para lhe conceder, não só a devida honra, mas bem justificada primazia na história literária do país” (**Palavras Pré-vias**, p. XVI).

Parece tratar-se do exemplar único o até agora conhecido pelo nome de **Cancioneiro de D. Maria Henriques**; e, por motivos que logo se verão, o editor propõe a mudança do título para **Cancioneiro de D. Francisco da Costa**. A empresa a que se dedicou beneditinamente o Pe. Domingos Mauricio, oferecendo, depois de 15 anos, aos estudiosos da cultura literária portuguesa a admirável edição do **Cancioneiro**, encontrou felizmente a compreensão dos dirigentes da Agência Geral do Ultramar, que tornaram possível a publicação do monumental trabalho, que vem se colocar na linha daquela erudição filológica que em Portugal está interrompida, há um terço de século, com o desaparecimento da extraordinária Carolina Michaëlis.

O apógrafo, possivelmente da autoria do secretário de embaixada de D. Francisco da Costa, em razão das condições paleográficas em que se apresenta (com ausência total de pontuação, erros de ortografia, lapsos de transcrição etc.) exigiu de seu editor um tratamento especial, que acabou se consubstanciando num conjunto de normas para estabelecimento do seu texto (pp. XX-XXII), valiosas como ponto de partida para trabalhos da mesma espécie.

Na **Introdução** histórico-literária ao Cancioneiro, Domingos Mauricio nos dá conta, num substancioso estudo, da personalidade histórica, da vida dramática e da espinhosa missão diplomática de D. Francisco da Costa, armeiro e armador-mor de D. Sebastião, governador do Algarve durante a ausência do malfadado rei na sua corrida para Alcácer-Quibir, e embaixador do Cardeal-Rei D. Henrique à corte de Marrocos, para negociar o resgate dos cativos da desastrosa batalha que liquidou a dinastia de Avis. Após um rosário de difíceis peripécias, veio D. Francisco da Costa a falecer em África, no ano de 1591, sem chegar à total redenção dos seus compatriotas. Entre estes havia também espanhóis, italianos e alemães, — e a produção lírica do **Cancioneiro**, trilingüe como os seus congêneres da época, compreende 57 composições em português, 33 em castelhano e uma em latim, partindo de um temário amoroso profano, passando pelo autobiográfico, pelo parenético, até chegar aos temas de intensa inspiração religiosa. As formas poemáticas são as tradicionais e em voga no século XVI: cartas, vilancetes, glosas e voltas, canções, diálogos, elegias, trovas e romances, sendo esta última a forma predominante. Na minuciosa recomposição das condições de vida dos prisioneiros em Marrocos, vemos como eram organizados os serviços religiosos, numa reprodução saudosa das cerimônias de Lisboa, concorrida com representações de teatro religioso, nas quais o próprio D.

Francisco da Costa participou, compondo e com certeza levando à cena peças alusivas, consoante os vários espécimes preservados no seu **Cancioneiro**. O teatro, que consta de sete autos religiosos, é o acervo literário de maior importância no conjunto da obra. Se a matéria lírica é da autoria incontestável de D. Francisco da Costa, o espólio teatral não apresenta as mesmas facilidades de identificação. Filiado ao teatro de tipo vicentino, notadamente às peças de Antônio Prestes, esta produção dramática do cativo é um caso inédito, não só na literatura peninsular, mas ainda na própria literatura universal. O **Cancioneiro**, conhecido até então pelo nome de **D. Maria Henriques**, filha de D. Francisco da Costa e sua primeira possuidora, “é um espelho cristalino desta existência trágica, em todo o sentido kirkgardiano do termo, e, como tal, digno de ser salvaguardado das injúrias do tempo” (p. XXVI).

Das 160 páginas que constituem a **Introdução** ao **Cancioneiro**, 25 são dedicadas ao exame da matéria poética no seu significado histórico e estético, na metrificacão e nos fenômenos fonéticos e ortográficos. Acentuando a relativa importância do conteúdo epo-lírico da obra, o editor põe em evidência todavia o interesse literário que oferecem as composições dramáticas representadas pelos cativos nas nasmorras marroquinas. “Marido e pai cristianíssimo, o poeta traçamos, no seu **Cancioneiro**, um verdadeiro itinerário de ascese lírica, em duas fases, bem marcadas. A primeira, de caráter predominantemente afetivo e familiar. A segunda, de feição vincadamente religiosa. Aquela é comum a muitos poetas. Neste, os sentimentos afetivos revestem-se de uma tal sublimação espiritual, que denotam, no escritor, um coração desprendido, em suas afeições, de toda a preocupação terrena, para se concentrar, apenas, no reflexo eterno e sobrenatural da vida” (p. CXXXII). “O teatro revela, sem dúvida, nestes autos, um grau invulgar de cultura filosófica e teológica, certo domínio da arte dramática, na destreza do diálogo, e, até, no sentido do cômico, sem os desbragamentos de Mestre Gil” (p. CXLIV).

Trabalho de méritos incontestáveis, acompanhado de 16 ilustrações, com levantamento das fontes manuscritas e impressas, um índice ideográfico e onomástico, e finalmente enriquecido com glossários de termos e expressões portuguesas e espanholas, o seu texto vem seguido de substanciaosas notas elucidativas, que fazem da obra um monumento da erudição literária portuguesa. Está de parabéns o Rev. Dr. Domingos Maurício Gomes dos Santos, que retirou de suas preocupações espirituais aquelas horas necessárias para a elaboração de um tipo de trabalho que o nosso tempo dificilmente chega a compreender.

S. SPINA

*

* * *

HEYERDAHL (Thor). — **Aku-aku, o segrêdo da Ilha da Páscoa**. Tradução de Raul de Polillo. São Paulo, s. d. Edições Melhoramentos. 342 pp. Ilust.

O presente livro é, sob certo aspecto, a continuação daquele outro do mesmo Autor, **A expedição Kon-Tiki, 8000 quilômetros numa**

jangada através do Pacífico, em que êle procurou provar a possibilidade da colonização dos mares do Sul por embarcações americanas impulsionadas por correntes marítimas leste-oeste. Agora, com êste novo volume, dedicado principalmente à Ilha da Páscoa, procura o Autor demonstrar antropológica e arqueologicamente o povoamento da Polinésia Oriental por elementos oriundos do Perú. De fato, os dados apresentados mostram um paralelismo cultural impressionante entre as duas regiões. Se bem que o livro não seja propriamente de História é de leitura muito agradável e o recomendamos novamente, pois elucida vários assuntos relacionados com o povoamento da América pré-colombiana.

O livro resolve em grande parte o enigma das colossais estátuas da Ilha da Páscoa e de outras ilhas polinésicas, mostrando que numa certa época a Polinésia foi dominada por um povo de cabelos vermelhos e orelhas grandes, provavelmente oriundo da região do lago Titicaca.

E. SIMÕES DE PAULA

*

* *

HAGEN (Victor W. von). — **A Estrada do Sol. O redescobrimen-
to das estradas dos incas.** Tradução de Raul de Paulillo. São
Paulo. S. d. Edições Melhoramentos. 267 pp.

O Autor dêste volume narra as peripécias duma emocionante expedição que percorreu mais de 800 quilômetros em péssimas estradas, procurando vestígios da “Estrada real dos incas”, tendo às vêzes atingido a impressionante altitude de 4.500 metros. Com êsse livro podemos compreender como os incas, uma das nações ameríndias, dominaram tão vasta região andina e com só o puderam fazer pela manutenção de tão vasta rêde rodoviária. Encontramos na História exemplos de construção de estradas como estas, como as vias romanas, as estradas do Império de Dario, etc., mas nenhuma dessas estradas foi construída em tão alta altitude e vencendo tão grandes impecilhos geográficos como esta dos incas. E’ uma realização que fala muito alto da capacidade cultural dêsse povo.

A narrativa, mui meritòriamente, se apoia nos cronistas espanhóis, principalmente em Pedro Cieza de León, que a viu ainda em pleno funcionamento, descrevendo os pontos de repouso dos corretores, centros de abastecimento, etc. Se essa rêde proporcionou aos incas o domínio de vastas regiões andinas, também por outro lado propiciou a penetração dos conquistadores ibéricos.

Êste volume lê-se com muito interêsse e talvez nos diga alguma coisa de perto, pois a Estrada do Sol chegava até a bacia amazônica e talvez nos últimos contrafortes andinos se tenha dado a suprema resistência à invasão espanhola.

A abundante ilustração mostra ainda vários trechos da estrada, obras de arte, como as que vêm na Europa — na Itália principalmente — quando examinamos os restos das vias romanas.

E. SIMÕES DE PAULA

*
* * *

SANZ (Carlos). — **El grand secreto de la carta de Colón (crítica histórica) y otras adiciones a la Bibliotheca Americana Vetustissima**. Talleres de imprenta y encuadernación de gráficas Yagües sociedad limitada. Madri, 1959, brochura de 517 páginas com reprodução fac-similar de documentos.

O estudo crítico das cartas que Colombo enviou aos Reis Católicos, a Luís de Santangel, escrivão de "ración" e a Gabriel Sanchez tesoureiro do rei, dando notícia da sua importantíssima descoberta, de há muito que vem preocupando os americanistas de notável saber a começar pelo príncipe dêles, o norte-americano Henry HARRISSE, na sua monumental obra mundialmente conhecida, a **Bibliotheca Americana Vetustissima**.

O erudito historiador italiano Cesare da LOLLIS, em 1892, por ocasião do IV centenário do descobrimento da América, se ocupou amplamente do estudo dessas cartas na **Raccolta Columbiana**. Nessa mesma época Salvador SANPERE y MIQUEL, historiador espanhol, fêz três conferências em Barcelona nos dias 8-11 e 15 de novembro de 1892, que enfechou em um volume intitulado **Barcelona en 1492**. KONRAD HAEBLER, notável bibliógrafo, que se aprofundou no estudo dos incunábulo espanhol do século XV, em 1900 publicou em Besançon um estudo crítico sobre as referidas cartas com o título: **Sur quelques incunables espagnoles relatifs a Christopher Colomb**. O historiador norte-americano JOHN BOYD THACHER, no seu trabalho de grande mérito, intitulado **Christopher Columbus, his Life, his Work, his Remains**, publicado em Nova York em 1903-1904, também se ocupou das aludidas cartas. Em 1930 o historiador inglês CECIL JANE, por sua vez, publicou na revista norte-americana um erudito estudo sobre o assunto em tela, tendo por título: **The Letter of Columbus announcing the Success of his First Voyage**. Como se vê, trata-se de um assunto bastante interessante que tem empolgado historiadores e bibliógrafos de grande nomeada. Na Argentina, em 1942, o historiador ENRIQUE DE GANDÍA (**História de Colón**), fêz um resumo muito bem feito das principais controvérsias que existem sobre as aludidas cartas de Colombo.

Agora temos sobre a nossa mesa de trabalho o desenvolvido estudo crítico da autoria do erudito historiador espanhol Carlos Sanz, não só sobre as missivas do Almirante do Mar Oceano, mas também sobre outros documentos de invulgar valor relacionados com a primeira viagem do grande Genovês. Trata-se, sem favor algum, de profunda análise e conseqüentemente de crítica construtiva que vem inegavelmente enriquecer o estudo sobre a biblioteca americana vetustíssima. Lemos o livro com proveito e com vivo prazer, nele encontrando interpretações de documentos que nos despertaram vivo interesse, embora não estejamos de acôrdo com algumas das opiniões do Autor.

Não pretendemos entrar em detalhes sobre o trabalho de Carlos Sanz, porque se fôssemos apreciá-lo dêsse modo, teríamos que ocupar muitas páginas desta Revista, sacrificando a divulgação de estudos de muito maior valia que esta simples resenha.

Assim sendo, limitamos apenas a dizer que se trata de um livro que merece figurar em tôdas as bibliotecas, quer públicas, quer particulares, na secção que diz com o estudo das primeiras páginas da história do Novo Mundo, que nós americanos desejamos escrever sem injunções dos chauvinistas.

T. O. MARCONDES DE SOUZA

*

* * *

BRITO (Mário da Silva). — **História do Modernismo Brasileiro. I. Antecedentes da Semana da Arte.** Volume IV da Coleção Cruzeiro do Sul. Capa de Aldemir Martins. Edição Saraiva. 1958. São Paulo.

Talvez Mário da Silva Brito tenha escrito menos a **história** do Modernismo, do que e bem, o levantamento dos depoimentos e documentos jornalísticos que marcaram a mentalidade do movimento ou a do seu tempo. Isto pelo menos é o que se depreende do primeiro volume de sua obra.

Nesse sentido, bem houve o Autor em buscar as raízes do Modernismo Brasileiro, ou pelo menos dos antecedentes da **Semana**, no “fin de siècle” inquietador, visto que o **1900** duraria, realmente, trinta anos. Como em um jornal cinematográfico o Autor repassa os acontecimentos marcantes do início e do fim dos dois séculos. Assim, o modernismo surgirá, até certo ponto como uma consequência do mundo mecânico que o novo século trazia em seu bojo, apesar das resistências do período secular anterior.

Para apenas um levantamento histórico da literatura, no sentido estético, o Autor preferiu um sincronismo com os fatores econômicos e políticos que formavam as concausas, através das quais nos é possível compreender e explicar aquêlo **momento histórico**. Disto é prova, por exemplo, a ligação com movimentos literários portugueses ou as repercussões nativas de acontecimentos e revoluções aliegnenas.

Procurando recompor figuras nas suas devidas proporções, reconstituindo cenas, para melhor compreendê-las, restabelecendo verdades e discutindo afirmações, o Autor faz, assim, uma reportagem necessária ao entendimento do **espírito** que determinou e animou a **Semana de Arte Moderna**.

Esperamos ainda, pois neste livro primeiro estaria de certa maneira deslocado tal estudo, que Mário da Silva Brito realize a análise sócio-psicológica do modernismo com relação à cultura e à civilização brasileiras, pois que o mesmo transcende, e isto parece ser ponto pacífico, as simples manifestações estéticas. Aí, então, teremos a visão global do **nosso** Modernismo, diante do formidando **lastro**

da informações que o Autor levantou e agora trabalhado pela sua inteligência e erudição poderá oferecer-nos um capítulo a mais para a compreensão do povo e da realidade brasileira.

Através dêsse livro, acompanhamos o lento processo de transição do proto-modernismo para o modernismo, lenteza essa que mais diz respeito ao processo histórico-evolutivo, pois as explosões e manifestações inquietas dos modernistas falam mais de uma certa efervescência rápida e transfigurável. Para compor o quadro dos antecedentes, o Autor usa de um estilo de frases, e parágrafos de análise. Mas, apesar de correremos com o Autor nessa seqüência vamos, na verdade, compreendendo a revolução que se avizinhava, e além da pregação de uma nova estética, e portanto além de causas de plano intelectual, era, a nosso ver, antes de mais nada uma revolução de sentimentos, e nesse caso bem condizente com a psicologia do nosso povo. Aliás, acabamos, com êsse critério do Autor, tendo uma excelente síntese das primeiras décadas do nosso século. O Autor, por outra feita consegue captar, também, o espírito daqueles **anjos**, assim a vaidade e o estudo, a molecagem e a revolta, marcham, a mais das vêzes, **pari-passu**.

Revela Mário da Silva Brito que a disposição dos **anjos** já era, pelo menos dois anos antes, **comemorar** condignamente o ano do Centenário da Independência, o que nos permite entender que a Semana famosa não pode ser entendida ou confinada no limite de apenas 7 dias de sensações, mas idênticamente, em outras proporções, será como o 1900, durará trinta anos... mas não apenas trinta anos depois dela...

O Autor, fazendo a **história** do modernismo, não chega à desejável análise formal da prosa e da poesia em si, ou pelo menos a crítica que nesse sentido realiza é mais de cunho informativo, com prejuízo para a história literária.

Acreditamos que, mesmo num levantamento histórico, essa crítica de **conteúdo** e de **forma** é necessária, pois se trata de um capítulo da História da Literatura Brasileira, e mais que isso da **história literária**. Assim, a nosso ver, faltou um pouco ao historiador a preocupação de uma maior crítica formal de **textos** que não ficasse apenas no registro das diferenças e semelhanças entre o futurismo e o modernismo, por exemplo.

O que realmente se pretendeu foi uma história, mas não apenas uma história de fatos e nomes, do que aliás êste livro está muito longe de ser, mas a história de um movimento de idéias, de uma corrente de opiniões, para termos uma perspectiva melhor de compreensão do fenômeno modernista em sincronismo com a realidade brasileira.

E' bem verdade que, com êsse estudo, poderá ocorrer o perigo de uma certa unilateralidade no julgamento que o Autor fizer do movimento, dos seus personagens ou das suas idéias, o que é principal.

A obra, a nosso ver, pode ser mais desenvolvida, para se fugir o mais possível a um trato jornalístico, ainda que êste seja encarado como gênero literário.

Nesse sentido, se a Semana de Arte Moderna teve, como quer e com razão, Wilsom Martins “uma importância mais histórica do que estética”, faz-se mister, entretanto, estudar, também, o que há de realmente artístico até mesmo nas suas conseqüências, para que a mesma **Semana** não fique no plano de uma espécie de **equivoco**, como continua ser para muitos, ou o seu estudo não resida tão somente no sentido da crônica, com a significação autêntica, e aliás meritória que essa palavra merece na teoria literária, mas e também dentro da perspectiva histórica, seja um estudo de crítica e interpretação.

Assim, ao lado informativo que foi o mais completo possível, pela exaustiva pesquisa laborada pelo Autor e ao lado do estudo das causas, pode ser mais desenvolvida a crítica do movimento em si, no que diz respeito aos seus antecedentes estéticos e ao seu enquadramento em nossa História Literária.

Explicaremos melhor, a Semana deixou de ser **novidade** e o modernismo também parece que realmente já vai entrando para a História, isto é, se assim admitirmos, temos que convir que esse critério implicará ou terá inerente a **perspectiva** e portanto a possibilidade de julgamento das tendências, das idéias da **evolução** mesmo, no sentido progressivo que a palavra dá sentido, permitindo com isso um estudo necessário a responder aos detratores do movimento.

Assim, teríamos os elementos de estudo ou o próprio estudo daquela linha que neste meio século conduziu nossa literatura “da eloqüência ao comedimento”, como bem considera a sra. Lúcia Miguel Pereira (“Cinquenta anos de Literatura”, in **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, edição de 15-6-1951).

Não será, por outra feita, um julgamento individual de autores e obras, mas um julgamento de idéias e tendências que caracterizaram um movimento artístico.

Certo é, por outro lado, que o **momento** tratado neste primeiro volume não se presta tanto a essa **visão**, desde que será nas repercussões e conseqüências no quadro da literatura **nacional** e não regional que deveremos buscar, não obstante em curta perspectiva, as raízes atingidas pelo **Modernismo**.

A nossa velha amizade e os contactos estreitos que mantemos com o Autor e que têm dado ensejo a inúmeras trocas de idéias, fazem com que pouco reste, na verdade, entre a palavra oral e a escrita, para este ligeiro comentário, que vem tão tarde.

E é justamente a confiança que temos no seu honesto trabalho, no seu senso crítico e no seu talento que nos dá certeza desta **História**, uma vez completa, atingir realmente o plano de estudo que, outros movimentos brasileiros de literatura, como o romantismo, o simbolismo, etc., já conseguiram da crítica e da história.

JOSE' ROBERTO DO AMARAL LAPA